Nº 246
IGREJA E APOSTOLADO POSITIVISTA DO BRASIL

O AMOR POR PRINCÍPIO, E A ORDEM POR BASE,
O PROGRESSO POR FIM

Viver para outrem. *Viver às claras.*

O Militarismo

Ante a Política Moderna

I
Ainda a República e o Militarismo

MAIS UM APELO AO ALTRUÍSMO E À RAZÃO DAS CLASSES DOMINANTES, E ESPECIALMENTE DAS CORPORAÇÕES MILITARES, A PROPÓSITO DO DA ANUNCIADA COMEMORAÇÃO DA BATALHA DO RIACHUELO

Anunciam-se ainda uma vez preparativos oficiais de festejos para comemorar a Batalha do Riachuelo. Julgamos por isso ser o nosso dever visto novamente apelar para o altruísmo e a razão das classes dominantes, especialmente das corporações militares, recordando-lhes quanto são descabidos tais festejos.

O que se pretende? Glorificar o patriotismo cego e selvagem que levou a cinco anos de guerra fratricida, deixando como padrão o aniquilamento de um povo e a exacerbação das rivalidades coloniais e das paixões militaristas na América do Sul, mesmo entre os que se intitulará aliados?... Galvanizar no povo brasileiro as paixões belicosas que, apesar das reações e das recordações dessa guerra, se estão extinguindo, sob o influxo permanente da fraternidade universal, da poesia, da indústria e da ciência? E tenta-se isto no momento em que o governo brasileiro *republicano* faz representar no Congresso de Paz de Haia, onde nações monarquistas agitam a questão da redução dos armamentos, ao passo que o governo brasileiro republicano os aumenta?

Pois não basta comparar as hordas selvagens, ponto de partida da Humanidade, com os povos modernos para reconhecer logo o caráter felizmente quimérico de tão sacrílegos propósitos?

***

A glória, quem a distribui não são os contemporâneos desconhecedores do Futuro e esquecidos do Passado; a glória, só a concede a incorruptível Posteridade. A glória consiste na aptidão a contribuir eternamente para o bem da Humanidade, incitando, pela memória alegada, a inteligência e a atividade a auxiliarem, cada vez melhor, os instintos altruístas a vencerem os pendores egoístas, graças à *poesia*, à *ciência*, e à *indústria*.

Por isso também as guerras só puderam ser ocasião de glória quando – *todos os povos não se tendo ainda reconhecido como irmãos* – cada um servia-se da guerra *para impor hábitos de paz aos outros*, ou para assegurar a própria independência, no intuito de garantir o livre surto dos hábitos de paz, e a livre evolução da poesia, da ciência, e da indústria. Ora, a guerra perdeu, felizmente, essa aptidão *civilizadora* desde os fins da Idade Média, no interior do Ocidente. No exterior ao Ocidente, Lepanto marca o termo das glórias militares me constitui o digno complemento de Salamina, por ter dissipado para sempre o ardor guerreiro dos muçulmanos, libertando irrevogavelmente o Ocidente e inaugurando o regime pacífico no Oriente.

***

Todas as guerras, a partir daí, têm sido monstruosas aberrações, oriundas da cegueira e das paixões egoístas dos governos ocidentais, entretendo os preconceitos e ambições da *civilização antiga*, no meio da *civilização moderna*. Apesar dessas aberrações, porém, as paixões militares têm continuado a se extinguir cada vez mais profundamente e mais geralmente entre os povos.

Para convencer-se dessa consoladora verdade, basta refletir na série de expedientes de que os governos modernos lançam mão para ter soldados e oficiais, já decretando o recrutamento forçado e o serviço militar obrigatório, já prodigalizando vantagens e privilégios às corporações militares. Malgrado as incertezas do trabalho e a perspectiva da miséria, que são ainda a partilha das classes industriais e científicas ou estéticas, o proletariado e a burguesia preferem as carreiras *pacíficas* às regalias e honras *oficiais* das posições militares.

***

Compare-se esse abandono da profissão militar, por parte dos ocidentais, com a *unânime preferência* de tal atividade, por parte dos selvagens e dos povos antigos, e com menosprezo em que são então tidas a poesia, a ciência e a indústria, e se reconhecerá que a atividade guerreira está *realmente* extinta nos *povos* modernos.

A glória não pode, pois, ser mais conquistada pelas armas; a glória só pode ser adquirida doravante promovendo a *paz*, já cultivando diretamente os sentimentos altruístas em festas humanas em que todos os povos possam fraternizar, já desenvolvendo a *poesia pacífica*, a *ciência pacífica*, e a *indústria pacífica*, nas quais cada povo sente que é irmão de todos os outros e coopera com todos para o bem de todos os homens.

É para aí, portanto, que devem voltar as atenções dos estadistas modernos, sobretudo republicanos, visto como a república proclama o regime da fraternidade e da liberdade, sem distinções de raças, de povos, de fortunas ou de crenças.

***

Reflita-se que a Posteridade já começou para a antropofagia, para a escravidão, para as autoridades absolutas, para a obediência passiva, para a opressão das consciências... E dissipar-se-ão todas as dúvidas quanto à sorte atual e futura das pretensas glórias militares modernas.

Em vez de estarem preparando a glorificação do passado militar sul-americano, em especialmente brasileiro, as classes atualmente dominantes no Brasil estão, por conseguinte, apenas acumulando, tanto quanto cabe nos recursos de que dispõem, tropeços para retardar a paz universal. O conjunto da história da Humanidade demonstra, porém, irrefutavelmente, que esta há de superar semelhantes por tropeços, como já superou obstáculos incomparavelmente maiores, e que nem sequer permitiram, durante séculos sem conta, conceber a paz universal. E a memória dos que tiverem criado embaraços ao Futuro cairá no olvido onde ficarão sepultados estes mesmos embaraços.

***

Para contribuir, na hora presente, para a regeneração humana, cumpre que as corporações militares aceitem nobremente a transformação pacífica da sua atividade, em vez de tentarem cegamente a restauração impossível de uma função, felizmente exausta para sempre. Contra a evolução *fatal e sistemática* da Humanidade, debalde se insurgem os povos, as famílias, e os homens. A história aí está para atestá-lo. Pois não estava na glória dos imperadores brasileiros transformarem-se em chefes republicanos, em vez de procurar eternizar a monarquia? Este exemplo basta para esclarecer os generais brasileiros acerca da atitude que a Pátria e a Humanidade lhes prescrevem.

Em vez, pois, de fomentarem paixões belicosas, já com festas odientas, já com a construção de fortalezas e navios de guerra, aquisição de armamentos e decretação de leis militaristas, cumpre que os militares brasileiros se consagrarem à *transformação das partes militares em classes industriais*. Isto exige que uma parte das forças guerreiras torne-se em *polícia* propriamente dita, ao passo que a outra parte se votaria aos trabalhos industriais de interesse coletivo, como estradas, caminhos de ferro, linhas telegráficas, melhoramento dos portos etc.

Só assim militares modernos merecerão as bênçãos da posteridade e os aplausos dos povos contemporâneos, seja qual for a surpresa dos políticos estreitos, que unicamente a anarquia ocidental pode fazer prevalecer, e que veem no entretenimento dos preconceitos guerreiros e da política militarista as bases do seu funesto predomínio eterno.

Terminando, reproduziremos o artigo que, sobre o título *À nossa irmã, a República do Paraguai*, publicou, a 6 de Frederico de 106 (10 de novembro de 1894), o diretor da Igreja e Apostolado Positivista do Brasil.

Pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil:

R. TEIXEIRA MENDES, Vice-diretor.

Em nossa sede, Templo da Humanidade, rua Benjamin Constant, nº 30.
Rio, 12 de São Paulo de 119 (1 de junho de 1907).

À nossa irmã, a República do Paraguai

Fazem justamente trinta anos que os erros de uma política filauciosa e violenta engendravam um rompimento que, poucos dias depois, atirou três nações sul-americanas à uma guerra encarniçada contra outra de suas irmãs[1].

Esse sangrento episódio de nossa história, uma das páginas mais tristes do reinado do pseudo rei-filósofo Pedro II, só deveria inspirar ao coração dos verdadeiros republicanos brasileiros votos ardentes pela felicidade da heroica nação, duplamente vítima: da ambição e orgulho do seu chefe, do orgulho e ambição de suas irmãs. A par desses votos cabia-lhes envidar esforços para auxiliarem o Paraguai a cicatrizar as suas cruentas feridas, manifestando-lhe sempre a solicitude, a cortesia sincera com que, tanto na vida pública como na vida privada, procuramos atenuar e fazer esquecer os efeitos das faltas cometidas por aqueles a quem nos achamos ligados por laços íntimos, no passado no presente.

Tais eram os sentimentos e os impulsos que acreditávamos iriam servir de base, depois de proclamada a República, a uma nova atitude em relação aos nossos irmãos do Paraguai, iniciando se assim uma política internacional verdadeiramente sul-americana, sincera e hábil, oposta aos manejos e à protérvia da diplomacia imperial.

Infelizmente, força é confessar que as nossas classes governantes mostram nada ter aprendido a esse respeito de 15 de Novembro para cá. Depois de outras, realiza-se hoje, nesta capital, no meio das mais pomposas festas, uma nova distribuição de medalhas comemorativas da fratricida luta. Queremos crer que para tantas demonstrações de regozijo entra por muito a presença dos conspícuos comissários da República do Uruguai. Mas teria sido para desejar que, com o fim de desenvolver as boas relações que nos unem aos nossos simpáticos vizinhos, se houvesse escolhido outro motivo que, longe de recordar o quase aniquilamento de uma nação irmã, permitisse que esta pudesse também se associar a essas amistosas manifestações.

Ante tão errada a conduta, seria imperdoável fraqueza de nossa parte se, esquecendo os nossos antecedentes em tais assuntos, deixássemos passar sem protesto o que se nos afigura, ao mesmo tempo, um sinal de retrogradação para além de 15 de Novembro e um agravo aos vencidos, tão contrário à proverbial generosidade do povo brasileiro. Sobretudo move-nos o cavalheiroso desejo de oferecer aos nossos irmãos do Paraguai, por meio deste protesto oriundo dos patriotas insuspeitos, um lenitivo às dolorosas emoções que as festas de hoje hão de necessariamente despertar-lhes. Eles ficarão sabendo, ao menos, que existem no Brasil republicanos que não renegaram os seus princípios, e que, às vistas acanhadas de um *chauvinismo* vulgar, preferem as inspirações de um patriotismo compatível com os mais elevados destinos da Humanidade.

Estas linhas não têm outro fim. Estamos prontos a render preito à bravura e ao civismo de todos quantos nessa calamitosa quadra, tanto de um lado como de outro, souberam honrar o seu posto e cumprir com o seu dever, tal como este se lhes apresentava então, através de preconceitos e sofismas dominantes. Mas este reconhecimento

---

[1] Para a apreciação da Guerra do Paraguai, veja se a *Biografia de Benjamin Constant*, por R. Teixeira Mendes, tomo I, págs., 89 e seguintes – M.L.

individual a um Osório, a um Barroso, a um Marcílio Dias, para só citar nomes nossos, difere profundamente da consagração coletiva e em globo – como fato histórico – de uma guerra que, estamos certos, a posteridade há de julgar severamente, votando a uma eterna reprovação as memórias daqueles que a promoveram, ou que barbaramente a prolongaram, sejam brasileiros, argentinos, uruguaios ou paraguaios.

A este propósito seja-nos lícito submeter novamente à consideração dos poderes públicos a ideia de restituirmos solenemente ao Paraguai os troféus que guardamos dessa pugna fratricida, declarando por essa ocasião saldada a dívida de guerra que lhe impusemos como consequência de nossa vitória. Por este duplo significaríamos que a República Brasileira repudia as tradições nefastas da política do Império, e ofereceríamos à nação vencida inestimável penhor de fraternidade internacional.

O projeto que acabamos de lembrar mereceu a aprovação entusiástica de Benjamin Constant, cujo alevantado espírito chegou a cogitar de sua realização, que certamente se teria levado a efeito, se a morte não houvesse roubado tão cedo o Fundador da República aos seus compatriotas.

E, terminando, enviamos à nossa irmã, a República do Paraguai, uma saudação fraternal, com os votos sinceros que fazemos pela sua completa prosperidade – na ordem e no progresso, meta comum dos esforços e das aspirações humanas.

Pelo *Apostolado Positivista do Brasil*:

MIGUEL LEMOS, Diretor.

Rio de Janeiro, Capela da Humanidade, 6 de Frederico de 106, (10 de novembro de 1894)

I I
Os extravios militaristas do Governo Brasileiro e a política moderna.

A PROPÓSITO DO NOVO PROJETO DE LEI DO SORTEIO MILITAR.

Discute-se novamente uma lei de sorteio militar. Considerando o seu assunto como mero cumprimento da disposição constitucional a tal respeito. Só queríamos recordar o artigo que o diretor da igreja e apostolado positivista do Brasil publicou há 8 anos. Na seção ineditorial do *Jornal do Commercio* de 10 de novembro de 1899, e que aqui reproduzimos:

SORTEIO MILITAR

Foi hoje publicado no *Diário do Congresso* um projeto de lei proveniente do Senado, que regula o sorteio militar. Tendo este sido estabelecido pela Constituição Federal, cumpria, de fato, dar execução ao respectivo artigo da Lei Fundamental. Por isso, *e com as necessárias reservas oriundas do modo diferente porque concebemos o serviço*

militar no Ocidente moderno, fazemos votos para que semelhante projeto, depois de convenientemente emendado pelos entendidos, seja lei do país.

É provável que a sessão atual chegue a seu termo sem que o assunto fique ultimado. Não obstante, é dever nosso chamar desde já a atenção dos senhores deputados para um ponto importante do referido projeto. Referimo-nos a certas categorias de isenções, absolutamente descabidas umas, e outras incompletamente compreendidas.

Com efeito, é inconcebível que, tratando-se do serviço militar, se queira isentar dele os *graduados* e *estudantes das escolas secundárias e superiores* da República, e bem assim os dos *cursos teológicos e seminários*. Quais os fundamentos para dispensar de tal serviço, quer em tempos de paz, quer em tempo de guerra, os bacharéis, doutores, e mais diplomados? Não podem ser outros senão os que antigamente se prendiam aos privilégios que tais títulos conferiam e aos preconceitos das classes correspondentes que se julgam mais nobres e mais úteis que as outras. Ora, semelhante ponto de vista é inteiramente antagônico com o regime republicano, e desconhece essas distinções[2], além de ser completamente falso, pois hoje não são essas classes as que mais utilmente concorrem para o bem público, nem as que se podem julgar mais habilitadas pelas funções que pretendem desempenhar.

Quanto à isenção dos estudantes, ainda menos se compreende, pois nem sequer têm eles em seu favor os privilégios presumidos do diploma. Merecerão eles mais do que o proletário, adstrito a trabalhar das seis da manhã às cinco da tarde, ou do que o empregado do comércio, labutando todo dia e parte da noite; aquele e este a braços com uma situação pessoal e doméstica muito mais difícil do que a das classes burguesas? E no que diz respeito aos estudantes de teologia e seminaristas, além de se lhes aplicar tudo quanto se pode dizer sobre os estudantes em geral, acresce que semelhante isenção está redigida de modo a só aproveitar ao Catolicismo. Entretanto, se tal exceção fosse aceitável, deveria estender-se aos estudantes similares de todos os credos.

Finalmente, o projeto isenta do serviço militar os *eclesiásticos de ordens sacras*. Concordamos com esta exclusão; pois como já tivemos o ensejo de o lembrar aqui, não há muito tempo, entendemos que a fiel e rigorosa observância do princípio da separação da Igreja do Estado não se opõe a que este verifique a incompatibilidade que existe entre as funções espirituais e certas funções temporais, como, por exemplo, o voto, o júri e o serviço militar; mas entendemos também que as exceções que daí resultam devem ser extensivas a todos os órgãos religiosos, a todos os ministros dos diversos credos. Ora, formulada como está a isenção supramencionada, ela apenas pode visar os sacerdotes católicos. A frase empregada tem até um ressaibo característico do regime decaído. É tempo de adaptarmos nossa linguagem legislativa ao gênio e à significação das novas instituições, e, sobretudo, de fazermos leis que não estejam em flagrante antagonismo com essa índole e esse alcance.

Não nos alongaremos mais sobre a matéria, que nos parece óbvia. O que aí deixamos dito é quanto basta para assinalar aos que o podem fazer um dos importantes corretivos de que carece o referido projeto de lei.

---

[2] O art. 86 da Constituição Federal diz positivamente: "*Todo brasileiro é obrigado ao serviço militar*, na defesa da pátria e da Constituição, na forma das leis federais." Portanto, as isenções de que tratamos são *evidentemente* inconstitucionais.

Pelo Apostolado Positivista do Brasil.

MIGUEL LEMOS, Diretor.

Rio de Janeiro, em nossa sede, a 5 de Frederico o Grande de 111 (9 de novembro de 1899)

(Seção ineditorial do *Jornal do Commercio* de 10 de novembro de 1899.)

Infelizmente, a situação atual das classes dominantes da política brasileira não permite que nos limitemos a essa transcrição. Porque o projeto em discussão obedece a deplorável preocupação de *militarizar o povo brasileiro*, sem refletir que isso é um impossível, em virtude do conjunto das leis naturais que dominam a sociedade e o homem. Depois dos grandes armamentos, quer se obter soldados; e pensa se que tudo será alcançado mediante uma lei de sorteio militar.

Continua, pois, o cego empirismo metafísico de legiferar como se a sociedade e o homem fossem apenas regidos por caprichos, sem que houvesse *leis naturais* nos fenômenos políticos e morais. Não perceberam ainda que o estadista tem de proceder nos seus projetos como já se faz nas artes industriais, em que tudo se subordina às *leis naturais* dos fenômenos correspondentes. E, no caso vertente, os extravios são tanto mais graves quanto se está conspirando sacrilegamente contra o supremo os interesses da Pátria, intimamente ligados aos da Família e da Humanidade.

Julgamos, pois, do nosso dever vir novamente chamar a atenção do público e do governo para este ponto capital, mostrando que o que exige o estado atual da civilização do povo brasileiro e de todos os povos da Terra não é uma lei qualquer militar, mas sim que urge cuidar sinceramente da abolição das classes armadas, transformando os impasses industriais, isto é, parte em polícia e parte em operários.

Não existem mais na Terra nações consideráveis militares. O espírito guerreiro só domina ainda hoje nas cabildas fetichistas como os nossos selvagens. E entre esses mesmos a nossa experiência basta para patentear quanto seria fácil transformá-los em povos pacíficos-industriais. Sem falar dos resultados obtidos pelos jesuítas nos tempos coloniais, aí estão as comissões dirigidas pelos engenheiros de coração e esclarecidos para dissipar qualquer dúvida a este respeito.

As grandes nações que parecem militares, por causa da atitude anacrônica dos governos respectivos, são apenas nações e entretêm grandes massas de homens prodigiosamente armados, mas nas quais não existe mais o *espírito militar.* E para defender-nos contra qualquer veleidade belicosa de tais governos, o que nos cumpre é oferecer-lhes, e aos respectivos povos, o espetáculo dos benefícios do verdadeiro regime pacífico-industrial; em uma palavra, republicano, onde todos os homens são realmente *livres*, isto é, seguem *livremente* as profissões que querem, e essas profissões são livremente exercidas, sem investir algum da *escravidão* do homem pelo homem.

Para reconhecer que o espírito militar está hoje extinto em quase toda a Terra, basta confrontar a situação dos povos modernos com a situação dos povos antigos.

Entre os antigos, os homens *livres* eram os *guerreiros*; isto é os homens que escolhiam voluntariamente o seu gênero de atividade preferia uma *guerra* ao *trabalho*. A indústria foi o apanágio da mulher, até que o espírito militar atenuou-se bastante para determinar a extinção da *antropofagia* e a instituição da *escravidão*. Desde então, além da mulher, só era trabalhador quem era obrigado, quem era escravo. Só mais tarde a agricultura, a indústria, o comércio, começaram a ser exercidos por pessoas pertencentes às classes guerreiras, que espontaneamente preferiram a paz à guerra.

Ora, hoje é o contrário. E todos os povos – no Brasil, como na França, ou na Alemanha, na Rússia ou no Japão etc. – só uma parte muito diminuta da população procura voluntariamente a vida militar; todos querem ser trabalhadores. Por isso os governos não podem ter *grandes* exércitos e esquadras formadas de *voluntários*. Mas não é tudo: entre os poucos que procuram voluntariamente a carreira militar, a maioria o faz como um meio de vida, sem nenhuma inspiração realmente belicosa. Porque, por toda a parte, já estão dissipados os sentimentos, os preconceitos, as crenças, as opiniões, que constituem tal espírito.

Assim, já desapareceu o ódio *entre os povos*; todos os homens consideram-se hoje como irmãos, encarando as nações como famílias de um só todo, a Humanidade. Já desapareceu a aversão ao trabalho; todos sentem prazer pela atividade industrial; todos sentem e pensam que não há trabalho que *desonre*; pelo contrário, todos se orgulham das conquistas industriais. O sentimento de honra e de justiça já perderam a sua ferocidade e sua estreiteza primitivas; todos já sentem e pensam que a honra não se lava com sangue e que a justiça não se demonstra com a sorte das batalhas. A cobiça enfim, já perdeu igualmente a sua crueldade; todos sentem e pensam que o único meio eficaz de melhoramento é a indústria e que as guerras só acarretam calamidades de todo gênero.

Para constatar a verdade destas observações, cumpre apreciar a massa dos povos, inclusive das classes armadas, e não limitar-se a *olhar* para o aparato bélico dos governos e dos seus exércitos.

São esses sentimentos e opiniões da massa popular, em todas as nações, que formam hoje a vida militar impossível para a generalidade dos povos e dos homens. E essas transformações morais e mentais resumem-se no contraste atual entre o regime do soldado – a chamada disciplina militar – e o regime do operário. O contraste é tal que isso pode dizer que, ao invés da antiguidade, nos tempos modernos, o regime do operário é *livre*; a disciplina militar é o regime da *escravidão*.

Porque o operário só está sujeito às leis morais e políticas gerais: ele escolhe a sua profissão; escolhe o seu patrão; escolhe o lugar da Pátria ou da Terra em que quer trabalhar; serve enquanto quer; é tratado pelo patrão segundo os preceitos da igualdade jurídica; não está exposto a castigos que afetem sua pessoa e sua liberdade individual; o

patrão não o pode obrigar materialmente a serviço algum. Em uma palavra, o operário só está sujeito às leis naturais e ao estado geral da civilização do país em que se acha.

O soldado, pelo contrário, em geral assentou praça forçado; não pode abandonar a profissão militar senão por invalidez ou quando cessa o tempo de engajamento, a juízo dos seus chefes; não pode sair sem licença, que lhe pode ser negada; é tratado pelos seus superiores como se houvesse um abismo entre ambos; está sujeito a castigos que afetam sua pessoa e liberdade.

Diante desse contraste, como admirar-se de que, entre os modernos, os homens recusem, em geral, ser soldados? Note que não se trata de um contraste de confortos materiais pessoais; trata-se de um contraste nas condições mais caras da existência humana. Esse contraste é tal que se chega a pensar em interdizer a vida de família aos militares.

Só um espírito superficial pode imaginar que essa repulsa universal dos povos modernos pela vida militar provém dos *perigos* de tal vida, inclusive a perspectiva da morte. Porque a vida industrial moderna é de incessante perigo, como o atestam os frequentes desastres. Para ter realmente espírito militar não basta ser capaz de enfrentar os perigos e a própria morte; é preciso, sobretudo, está disposto a matar e mandar matar massas de inocentes, massas de pessoas cuja dedicação nos arrebata de entusiasmo. Ora, é essa disposição que existiu é nos povos antigos que se consideravam como *inimigos*, e que desapareceu entre os povos modernos que se consideram como *irmãos*.

Basta contemplar os homens quaisquer em momentos de cólera para ver quanto é vulgar o esquecimento do perigo.

Além disso, que o medo dos perigos e da morte constitui o motivo das repugnâncias populares pela vida militar, como se espera obter de *verdadeiros soldados*; isto é, homens que não tenham medo dos perigos nem da morte, mediante o serviço militar obrigatório? Pois então uma farda, uma arma, os exercícios nos quais os soldados sabem que não há de que ter medo, bastam para transformar o cérebro e dar coragem, dar dedicação, dar entusiasmo a quem não possui tais dotes? O serviço militar obrigatório pode proporcionar grandes exércitos; mas não oferece a mínima garantia de que se tenha um exército poderoso. Porque o simples fato de estar servindo contra a vontade já enfraqueceu o soldado e o impede de lutar com dedicação.

Dada a evolução contínua e inevitável dos sentimentos e das opiniões antimilitaristas, é mesmo fatal que dentro de poucos anos, os governos retrógrados que ainda persistem em querer *galvanizar o cadáver da guerra*, vejam-se de fato sem exército, por maior que seja o número dos seus soldados.

E assim como os exércitos já fraternizam com os cidadãos pacíficos nas revoluções contra os governos atrasados ou tirânicos, assim também não está longe o dia em que os exércitos fraternizem nos campos das lutas internacionais.

Os grandes exércitos obtidos pelo serviço militar obrigatório constituem, portanto, uma condição inevitável do enfraquecimento das classes armadas. Não só porque a

marcha dos soldados obrigados tende a arrastar a dos voluntários, que é cada vez menor; mas ainda porque a massa dos soldados obrigados tende a recusar o seu concurso militar quando este lhe for realmente requerido, e não se tratar de simples exercícios ou paradas. Em suma, toda a evolução da Humanidade consistiu em passar do regime teológico-militar, peculiar ao seu início, para o regime científico-industrial característico da sua vida definitiva.

E a repugnância invencível dos povos modernos pela atividade militar constitui o sintoma decisivo de que esta vida definitiva já começou realmente.

Estas reflexões parecem-nos suficientes para demonstrar a inestimável verdade de que *o espírito militar acha-se hoje irrevogavelmente extinto na massa dos povos*. Desse princípio decorre logo para os políticos modernos o dever de promover a abolição das classes armadas, em vez de fomentá-las. Só resta afastar a objeção que resulta da existência dos governos que mantêm grandes exércitos.

Ora, para dissipar essa objeção, note-se que o perigo oferecido por tal espetáculo é apenas conjectural. Para que o perigo existisse na *realidade* era preciso que o espírito militar animasse de fato essas massas armadas e mesmo esses governos. É o que não se dá. A prova é que tais governos acabaram por conformar-se, há muito, com a existência das nações mais fracas, tanto na Europa como na América. Só a África e a Ásia continuam a ser alvo da nefanda política colonial.

Se tal perigo existisse, não poderia ser conjurado com o exército e a esquadra ao nosso alcance. Porque não possuímos nem gente nem indústria para organizar a defesa necessária.

Ao passo que nada impede de nos organizarmos desde já em nação verdadeiramente republicana, isto é, em regime de real fraternidade e liberdade. E desde então o exemplo da nossa felicidade contribuiria para dissipar nas camadas dominantes dos outros povos as aberrações militaristas.

Convém a este propósito notar, mais uma vez, as vantagens inestimáveis da situação americana sobre a situação europeia. Na Europa, permanecem ainda as dinastias e as aristocracias, isto é, as classes descendentes de chefes militares de direito divino, e, portanto, imbuídas dos preconceitos guerreiros. A essas dinastias e aristocracias prendem-se intimamente os sacerdócios teológicos que contribuem, em parte, para as guerras do Ocidente no Oriente, sob o pretexto de catequese.

Ora, na América não existem nem dinastias nem aristocracias: só existem os descendentes das camadas populares do Ocidente, combinadas com os aborígenes e as populações africanas introduzidas pela escravidão. As aberrações militaristas dos políticos brasileiros constituem, portanto, apenas um único qualificável arremedo dos extravios análogos das dinastias e aristocracias europeias. Por outro lado, os sacerdócios teológicos, na América, não hão de querer trocar a livre situação em que vivem, sobretudo no Brasil, pelo estado de opressão a que os reduziram as aludidas dinastias e aristocracias. Esses sacerdotes não podem, pois, fomentar, como não fomentam, aqui, os preconceitos militaristas.

Tudo, portanto, concorre para patentear a irracionalidade e a imoralidade sem nome das aberrações militaristas das classes dominantes da política brasileira. Em vez disso, o governo brasileiro devia tomar a iniciativa do desarmamento geral da América do Sul. Nesse intuito, cumpria convidar, como já tem aconselhado o Apostolado Positivista do Brasil, especialmente a Argentina e o Chile para, de comum acordo, as três nações promoverem a transformação dos seus exércitos e esquadras em simples polícia.

Essa política exigia também que dissipássemos todos os motivos e ressentimentos passado vem entre as nações americanas. Isso impunha ao Brasil a restituição dos troféus guerreiros, a desistência das dívidas de guerra, bem como das condições onerosas e vexatórias impostas às nações vizinhas. E assim iria o elemento ibérico retomando, pela sua expansão Americana, o lugar que lhe compete na vanguarda da Humanidade.

Semelhante política asseguraria uma glória imortal ao estadista brasileiro que a seguisse, e ao Brasil as bênçãos da Posteridade e dos contemporâneos. Ao passo que as atuais aberrações militaristas só acarretam desastres e maldições, do Presente e do Futuro, para os que estão tão barbaramente contrariando a regeneração humana. Olhem os estadistas brasileiros para o Passado, e se convencerão *que o homem se agita e a Humanidade o conduz*.

Pela Igreja e Apostolado Positivista do Brasil,

R. TEIXEIRA MENDES, Vice-Diretor.

Em nossa sede, Templo da Humanidade, rua Benjamin Constant, nº. 30.

Rio, 18 de Descartes de 119 (25 de outubro de 1907).

(Publicado na seção ineditorial do *Jornal do Commercio* de 3 de junho e 26 de outubro de 1907.)